

Miguel Cadilhe

Escrito para o jornal Público de __ 02 2012

Dívida pública: um lapso e algumas ideias

Aprecio há anos o professor Paulo Trigo Pereira. Consulto e recomendo o seu manual de finanças públicas que, com outros autores, vem reeditando desde 2005. Acabei de ler um seu livro que faz parte dos imperdíveis “ensaios da Fundação”. E sigo atentamente os artigos que escreve no Público.

Ora, acontece que no seu último artigo do Público, foi no domingo passado, intitulado *Dívida pública: aritmética, moral e política*, o estimado professor afirma, e bem, que “há responsáveis governamentais” pela excessiva dívida pública. E acrescenta, aí mal, que entre os responsáveis estão “desde logo, Cavaco/Cadilhe” por causa do novo sistema de remuneração da função pública (NSR). Eis o equívoco. O NSR foi encomendado a uma comissão de notáveis pelo primeiro-ministro, de quem aliás dependia a administração pública, não dependia das Finanças. Foi o próprio Cavaco, em iniciativa e gesto raros, quem levou o NSR a conselho de ministros. Todavia, contra a corrente, levantei ali mesmo, como responsável pelas Finanças, a condição de haver um contrabalanço à despesa emergente, sem o que o NSR não podia passar. Propus e foi aprovado que, concomitantemente com a longa execução do NSR, deveríamos obter ganhos de produtividade dos funcionários públicos e travar e cortar outras despesas correntes dos serviços. Isto consta, por exemplo, do documento oficial PCEDED, revisão/1989. E propus que os serviços públicos mais gastadores fossem submetidos a “auditorias externas de gestão”, a fim de serem avaliados no que gastavam a mais e no que podiam e deviam poupar. Isto foi igualmente aprovado, como consta da RCM 25/89. Subsequentemente, foram pré-qualificadas auditoras independentes, cuja listagem foi publicada ainda em 1989, e foram lançadas, de facto, auditorias sobre umas primeiras direcções-gerais. Portanto, as coisas chegaram a este nível concreto, temível, de temperança do NSR. Havia virtudes no NSR, como havia demónios despesistas, que tínhamos de controlar. E devíamos aproveitar esse momento único de ordem motivacional para realizar reformas conceptuais do Estado. Infelizmente, nos bastidores e nas penumbras, que as há sempre, os anticorpos erguiam a cabeça e ganhavam força perante a vera vontade política de reformar e reconceituar o Estado. Por essa e outras razões, saí do Governo em Janeiro de 1990, após o que todas as medidas compensatórias foram subalternizadas ou estancadas por quem me sucedeu, mas o NSR não. Porquê? Talvez por falhas de coragem e firmeza do lado das Finanças. Como toda a gente sabe, o primeiro-ministro que criou o NSR conviveu mais cinco anos com tudo isso.

Por conseguinte, não deveria o investigador e universitário desconhecer estes factos, eles constam, além do mais, do diário da República de 1989. E Cavaco, na sua *Autobiografia Política II*, assume o seu “empenhamento pessoal” no NSR, classifica-o como “uma das reformas de maior relevância para a administração pública portuguesa”, reconhece que o NSR “suscitou algumas reservas da parte

do ministro das Finanças” (algumas, é favor), e lamenta que “*alguns princípios da reforma salarial da função pública tenham sido subvertidos pelo Governo*” de Guterres (p 68/70). Também procurei dar disso devido registo em alguns escritos. Por exemplo, no livro *Sobrepeso do Estado em Portugal*, de 2005. Ou no livro *Factos e Enredos, Quatro Anos no MF*, de 1990.

Passando a um outro campo, não iria bem se não tocasse, ainda que muito brevemente, os curiosos cenários ou planos para Setembro 2013 que Trigo Pereira traça no mesmo artigo do Público. Tanto mais que, há quase um ano, também no Público, defendi posição diferente da sua, que porém muito respeito. Opus-me e oponho-me a cenários com perdão de capital da dívida, como o designado “B” com perdão de 20% que ele subscreve. Tenho dito que fazer dívidas não é erro nem desonra. Erro é fazer dívidas a mais. Desonra é não as pagar, o que é distinto de as renegociar quanto aos prazos. Por isso é que nós precisamos de Gaspar, muito mais do que Gaspar precisa de nós.

Para reduzir o peso da dívida pública, sugeri no Público um imposto extraordinário sobre a riqueza líquida, instantâneo, a cobrar de uma só vez, todo ele consignado exclusivamente ao pagamento da dívida pública. Uma taxa fiscal de 3% a 4% seria bastante para permitir a redução de 10 a 15 pontos percentuais do rácio «dívida pública/PIB», já incluindo isenções para os pequenos patrimónios. Dificílima, a medida também daria um importante sinal de equidade. Foi considerado imposto bendito, por uns, e imposto maldito, por outros.

Com o mesmo objectivo de baixar o peso da dívida, defendi cortes estruturais da «despesa pública primária», não apenas cortes conjunturais. Uns a olho nu. Outros graças à reconceituação das funções do Estado. Feitas as contas, com a inflação, o crescimento do PIB e os juros médios da dívida, precisaríamos de fazer anualmente um «saldo primário» positivo da ordem dos 4% do PIB. Exigentíssimo? Sim, claro. Basta lembrar que o esforçado OE 2012 aponta apenas para um excedente primário simples 0,7% e estrutural 2,6%.

O crescimento do PIB está como está, em amargura, provavelmente só reaparecerá por decorrência de boas finanças públicas. E os credores estão como estão, em desconfiança e relutância. O que propus no Público foi um tratamento de choque conjugado com o reformismo do Estado e com uma relativa salvaguarda da equidade. Entretanto veio a troika. A equidade está a sofrer muito para além do que imaginei, mais uma razão para nos preocuparmos com a injusta distribuição dos sacrifícios.